

A ÉTICA COMO VIRTUDE CÍVICA EM MAQUIAVEL

Marcos Alexandre Alves*

Resumo: Objetiva-se, na presente investigação, analisar como se articula, no interior da obra “*O Príncipe*” de Maquiavel, a questão referente à moral. Esta tem sido objeto de discussão intensa e por muitos, considerada o ponto central de sua teoria. Algumas análises d’*O Príncipe* chegam a considerar essa obra como a que foi responsável pela separação entre a moral e a política, ou seja, esses dois princípios não passariam a reger a vida do governante, o qual deveria escolher entre um deles. No entanto, o que se pretende, aqui, não é analisar *O Príncipe* sob a perspectiva do separador entre política e moral, mas sustentar que Maquiavel n’*O Príncipe*, não traduziu a separação entre moral e política, mas somente apresentou como correta uma moral diferente daquela que o cristianismo prega; uma moral baseada nos princípios da Antigüidade, do Império Romano. Portanto, intenciona-se, apresentar e defender que Maquiavel não emancipou a política da ética ou da religião. O que fez foi a distinção entre duas modalidades de moral: a judaico-cristã e a pagã. Sob esta perspectiva, não haveria divórcio entre a política e a ética que muitos autores atribuem a Maquiavel. Defender-se-á, em última análise, que Maquiavel como renascentista procura inspirar-se nos modelos greco-romanos e não cristãos.

Palavras-chave: Maquiavel, Ética, Política, *Virtù*, Moral, Ciência Política.

Abstrat: Objective, in the present inquiry, to analyze as if it articulates in the interior of the workmanship "The Prince" of Maquiavel the referring question to the moral. This has been object of intense quarrel and for many, considered the central point of its theory. Some analyses of “The Prince” arrive to consider this workmanship as the one that were responsible for the separation between the moral and the politics, or either, these two principles would not start to conduct the life of the governor, which it would have to choose enters one of them. However, what it is intended, here, it is not to analyze the Prince under the perspective of the separator between politics and moral, but to support that Maquiavel of “The Prince”, did not translate the separation between moral and politics, but only presented as correct a different moral of that the Christianity nails; a moral based on the principles of the Seniority, the Roman Empire. Therefore, it pretends, here, to present and to defend that Maquiavel did not emancipate the politics of the ethics or the religion. What it made was the distinction enters two modalities of moral: the Jewish-Christian and the heathen one. Under this perspective, he would not have, divorce

* Mestre em Filosofia. Professor no Centro Universitário Franciscano – UNIFRA - Santa Maria, RS.

between the politics and the ethics that many authors attribute the Maquiavel. We will defend, in last analyzes, that Maquiavel as renaissance search to be felt inspired in the grec-roman and not Christian models.

Key-words: Maquiavel, Ethics, Politics, *Virtù*, Moral, Science Politics.

1- Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a ética como virtude cívica em Maquiavel, pensador que viveu e teve forte influência, no período moderno, e é tido por muitos como um pensador que rompeu com toda a tradição reinante, ou ainda, como o verdadeiro inaugurador do modernismo. O referido autor destacou-se por defender idéias que se confrontavam com a ética religiosa da Idade Média. Para tanto, propõe-se a analisar esta problemática, tal qual ela aparece em sua obra-prima “*O Príncipe*”. Neste escrito, Maquiavel expressa nitidamente os seus sentimentos e desejos de ver uma Itália poderosa e unificada. Demonstra, também, a necessidade de um monarca com o pulso firme, que fosse um legítimo rei, e que defendesse seu povo sem escrúpulos e, principalmente, sem medir esforços.

Um verdadeiro Príncipe, para ele, não deveria hesitar, mesmo que, diante da crueldade ou da trapaça, se o que estivesse em jogo fosse a integridade e o bem-estar do seu povo. Neste sentido, impõe-se a questão que norteia a investigação: que tipo de ética propõe Maquiavel? Intenciona-se mostrar que Maquiavel não teria separado e emancipado a ética da política. O que fez foi afirmar que a moral do governante será dirigida pela situação política, não se constituindo como um ideal universal e abstrato. Não haveria, nesta perspectiva, o divórcio entre a ética e a política que muitos autores atribuem a Maquiavel. Neste sentido, o pensamento de Maquiavel continua a suscitar problemas para os intérpretes. Vários séculos depois da morte do pensador uma série de questões abordadas por ele fazem parte, hoje, dos estudos dos que se dedicam a uma reflexão sobre as idéias deste grande pensador político.

Para uma melhor compreensão do tema: procurar-se-á, inicialmente, apresentar o contexto histórico no qual está inserido o pensamento de Maquiavel, isto é, os traços referentes à história da Itália, pois o autor foi muito influenciado pelo meio em que viveu. Foi exilado, viajou muito e presenciou muitas guerras e destruições, e a partir disso desenvolveu as suas principais idéias sobre a política. Em seguida, tratar-se-á da questão política em Maquiavel,

pois é ali que se encontra toda a fundamentação de sua filosofia. Por fim, o artigo procura explicitar o fundamento a partir do qual Maquiavel pensa a relação entre ética e política. Portanto, a pergunta de fundo que será objeto de análise crítico-reflexivo, neste texto, é a seguinte: qual a concepção e finalidade da ética para Maquiavel?

2 – Maquiavel e a nova ciência política

Político, historiador e escritor italiano, Nicolau Maquiavel, nasceu em Florença em 3 de maio de 1469 e morreu, na mesma cidade no dia 22 de junho de 1527. Desde 1468 foi Chanceler e depois Secretário das relações exteriores da República de Florença. Maquiavel desempenhou missão no exterior e em 1502 passou 5 meses como Embaixador junto a Cesare Borgia, cuja política energética e inescrupulosa lhe inspirou admiração.

Na Itália reina, neste contexto, grande confusão. A tirania impera em pequenos principados governados despoticamente por casas reinantes sem a tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o Príncipe no poder. Esmagar ou reduzir a impotência à oposição interna, atemorizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituem o eixo da administração. Como o poder funda-se exclusivamente em atos de força, é previsível e natural que pela força seja deslocado deste para aquele senhor. Nem a religião, nem a tradição, nem a vontade popular legitimam o soberano e ele tem de contar somente com sua energia criadora. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vazio, que as mais fortes individualidades têm capacidade para ocupar.

É nesse panorama de crise econômica e política que Nicolau Maquiavel vive e desenvolve o seu pensamento. Ele é considerado o fundador da moderna ciência política. Contrariou a política da Idade Média, trazendo uma nova maneira de entendê-la, e uma formação de Estado que não se centrava em idéias, mas sim em um Estado possível de ser realizado. Seu grande desejo era de ver uma Itália unificada, o que apenas acontece no século XIX.

As obras mais importantes que escreveu foram “*O Príncipe*” e “*Discursos Sobre a Primeira Década de Titio Lívio*”. Escreveu também “*O Asno*”, um agradável conto, “*O Demônio que se Casou*”, e a comédia teatral “*A Mandrádona*”, obra-prima do teatro italiano.

No período clássico da civilização grega (séculos V e IV a. C.), pensadores como Platão e Aristóteles criaram grandes sistemas filosóficos que reconheciam o homem como ser racional e social e a *Pólis* como lugar por excelência onde se realizaria a virtude do cidadão. A cidade como condição para o estabelecimento da ordem justa, reservaria ao filósofo a tarefa de pensar como seria possível organizar o bom governo que possibilitasse a “vida boa” para o cidadão. Assim, as respostas dadas pelos teóricos a essas questões eram de natureza prescritiva e normativa. Isto é, conhecedores da política de seu tempo, filósofos como Platão e Aristóteles criticam a realidade e prescrevem, por meio de normas, como deveria ser o bom governo. Ora, em relação à história do pensamento ocidental, no tocante à política, quais os objetivos do Renascimento?

Uma das inúmeras tendências do Renascimento foi a secularização da consciência, ou seja, o processo pelo qual a maior parte das explicações teóricas desvincula-se das teses religiosas. O homem renascentista confia na razão e na capacidade humana de agir com autonomia, por isso busca explicações racionais baseadas nas experiências e observações, e não no testemunho da fé.

Maquiavel torna a política autônoma, pois privilegia a reflexão laica, não religiosa, e também porque se recusa a abordar a questão do poder a partir da ética cristã. A política é autônoma já que busca linguagem e métodos próprios, desvinculados da fé e da moral convencional. Em que consiste esta novidade, em termos metodológicos, adotado pela política, na perspectiva de Maquiavel?

O novo método de investigação da política moderna distancia Maquiavel não só do pensamento medieval, mas também da política normativa dos gregos, não discutindo como deve ser o governo, nem quais são as virtudes do bom governante e do cidadão. Não lhe interessa a política baseada em princípios universais, cuja ação pauta-se a partir de modelos abstratos. Interessa, isso sim, observar como os governantes e súditos agem de fato, ou seja, ao iniciar “*O Príncipe*”, Maquiavel deixa claro o terreno em que trata a questão, evidenciando que não pretende fornecer as razões abstratas e teóricas da fundamentação do Estado, do governo e da ação política, mas propor indicações que sirvam para a prática do Príncipe. A ação política

deve ser eficiente, ou seja, deve alcançar fins os quais Maquiavel resume em dois: como os principados devem ser governados e mantidos.

A intenção de Maquiavel, portanto, não é a de apresentar a teoria de um Estado ideal e nele teorizar as funções do governante perfeito, no entanto descrever a política tal qual ela resulta de uma realidade próxima do mundo em que se vive.

É mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o modo como se vive e o modo por que se deveria viver (MAQUIAVEL, 2003, p. 70).

Para o secretário florentino, a política é ação construída permanentemente, não há teoria pronta a ser aplicada, é o resultado de uma construção, de uma habilidade, mais prática do que teórica. É deste modo que se pode manter e governar um principado. A política é ação técnica e eficaz.

É importante observar, como diz Nedel, que Maquiavel “formou seu pensamento na escola da vida e na lição da história” (1996, p. 19). Na dedicatória da obra “*O Príncipe*”, o autor apresenta a fonte cultural de sua proposta que é, segundo ele, “o conhecimento das ações dos grandes homens aprendido através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas” (MAQUIAVEL, 2003, p. XV), ou seja, o pensador considera que sua reflexão sobre a natureza do poder político e sobre os modos de conservar esse poder são resultado de uma observação atenta da experiência. Logo, a política não mais se refere ao modelo de bom regime, mas à análise do jogo efetivo das forças que se chocam em circunstâncias muito específicas.

Não obstante, deve-se levar em consideração que as idéias de Maquiavel, sobre política, fundam-se, em ampla medida, em certos pressupostos sobre a realidade humana e seu comportamento. Ora, que tipo de realidade e comportamento humano, Maquiavel têm presente em sua análise política e o que isto significa?

Diante destas questões, torna-se nítido que Maquiavel professa uma concepção pessimista da natureza humana, que sempre se encontra corrompida e disposta ao mal, isto é, para ele “os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro” (MAQUIAVEL, 2003, p. 74). E, mais: “é necessário que aquele que institui uma

república e ordena suas leis, pressuponha que todos os homens são maus e que estão sempre prontos para usar da maldade de sua alma assim que se lhe apresente a ocasião de fazê-lo livremente” (MAQUIAVEL, 1987, p. 74).

Considerando que há uma natureza humana, torna-se compreensível a afirmação de que os homens são sempre os mesmos, como afirma o autor: “os homens nascem, vivem e morrem sempre da mesma maneira” (MAQUIAVEL, 2003, p. 73).

A este respeito, Nedel interpretando Maquiavel, afirma que:

a noção de natureza humana surge para Maquiavel como uma espécie de postulado extraído da concepção cíclica da história (...) a explicitação do que seja a natureza humana, não foi efetuada para Maquiavel através de uma reflexão metafísica; ao contrário, através da observação da vida e da história, em decorrência de seu método objetivo, experimental, empírico. Ele próprio diz que procede assim, ilustrando e demonstrando com detalhes, com exemplos antigos e modernos, o que não pode ser demonstrado claramente só com a razão (1996, p. 27-28).

É dessa premissa antropológica pessimista, observável nos exemplos da história e nas ações humanas, que Maquiavel funda a ação política, enquanto lei. Neste mesmo sentido, Sadek afirma que:

O poder político (para Maquiavel), tem uma origem mundana, nasce da própria malignidade que é intrínseca à natureza humana. Além disso, o poder aparece como a única possibilidade de enfrentar o conflito, ainda que de qualquer forma de “domesticação” seja precária e transitória. Não há garantias de sua permanência. A perversidade das paixões humanas sempre volta a manifestar-se, mesmo que tenha permanecido oculta em algum lugar (Sadek in Wefort, 2004, p. 20).

Maquiavel admite que, na época moderna, acentuou-se a corrupção na esfera pública. Qual o antídoto para esta patologia social? Entre os vários remédios para a corrupção, um, é o Estado. Sem este, todos os outros não teriam a eficácia desejada. Contudo, neste momento, pode-se questionar sobre: o que é, como se constitui e qual a finalidade do Estado para Maquiavel?

O Estado para Maquiavel tem a função de manter a ordem, a harmonia, isto é, o espírito cívico, e, é por isso que é a mais importante das instituições sociais. Se para Aristóteles, por

exemplo, a *Pólis* antecede aos homens, e estes só se reconhecem como humanos na medida em que estão inseridos nela, Maquiavel vivendo em uma época em que o indivíduo ganha autonomia, percebe que na ausência de um poder que institua a vida associada, os homens, enquanto átomos isolados, não a constituiriam por vontade própria.

Por conseguinte, para Maquiavel o Estado conquista-se e mantém-se pela força que representa o alicerce onde se deve apoiar a preservação de sua grandeza. A existência do Estado assenta-se na compatibilização forçada das liberdades individuais constrangidas a subordinar-se aos interesses soberanos do Estado, não obstante todo o dinamismo e os conflitos gerados no jogo político das vontades que lutam pela satisfação de suas necessidades individuais. Torna-se imprescindível, portanto, por parte daquele que detém o poder no Estado, a utilização, recomendada sempre pela observação dos fatos e pelo estudo da história, de um conjunto de expedientes e técnicas capazes de assegurar-lhe a máxima eficácia na preservação do Estado e na conservação de sua suprema finalidade.

Objetivamente, para Maquiavel, uma política que pretende ser eficaz e que, ao mesmo tempo, tenha assumido como ponto de partida para sua construção, à luz da observação das coisas e dos ensinamentos da história, o postulado fundamental da maldade inata do homem o qual só dispõe do recurso à força para garantir a realização de seus objetivos.

3 – A relação entre ética e política

Como destacado acima, Maquiavel inicia uma maneira realista de pensar a política, que será sua marca registrada na história do pensamento político moderno. É claro que não se deve dizer que ele foi o pioneiro a pensar a política dessa forma. Aristóteles já havia informado que algumas questões devem ser tratadas diretamente e não por meio de subterfúgios. Assim, Aristóteles não se furta a aconselhar os tiranos como devem proceder para conservar o poder, mesmo se a tirania figurasse entre os regimes políticos pelo qual ele nutria um grande desprezo. Maquiavel retoma essa maneira de pensar a política de frente, mas acrescenta um dado essencial: a interrogação sobre a relação entre ética e política (BIGNOTO, 2003, p.29).

Desde a Antigüidade considerava-se que as duas disciplinas deveriam ser estudadas juntas. Aristóteles, por exemplo, não as confundia, contudo acreditava que constituíam um campo de questões que guardavam relações profundas entre si. A *Felicidade* aparece dessa

maneira como um *desiderato* tanto para a ética quanto para a política. Se não havia correspondência absoluta entre os dois campos de problemas, eles se recobriam em vários pontos, permitindo ao estudioso da ética conclusões que deveriam ter validade também para a política se havia autonomia dos dois territórios, ela era bastante relativa.

Essa maneira de considerar o problema da relação entre ética e política acabou gerando uma literatura que respeitava pouco as advertências de Aristóteles e levava a crer que os campos recobriam-se inteiramente. Dessa forma, os autores dos espelhos dos príncipes faziam da reflexão ética o ponto fundamental de toda a interrogação sobre a política. O governante teria êxito caso conseguisse viver de acordo com as regras defendidas pela ética cristã, ou seja, o Príncipe que agisse tendo como fundamento de sua ação os preceitos cristãos seria considerado e tido como o Bom governante, ou o governante ético por excelência (BIGNOTO, 2003, p.30). Qual o fundamento da crítica sobre a falta de ética na concepção de política defendida por Maquiavel?

A crítica feita a Maquiavel restringe-se ao fato de ele ter supostamente afirmado que o governante pode fazer tudo o que for necessário para atingir o poder e conservá-lo. Dessa forma, o poder seria um fim em si mesmo, que não dependia de nada além do desejo de conquistá-lo e da habilidade em mantê-lo para legitimar-se. De fato, qual problemática de fundo que ocupa Maquiavel em suas especulações políticas?

Ora, a questão da qual se ocupa Maquiavel é a de saber se o governante pode agir sempre de acordo com os princípios éticos cristãos aceitos em seu tempo e esperar atingir seus objetivos, ou se deve aprender a seguir outros caminhos, quando confrontado com situações difíceis. Ele não aconselha aos governantes a desrespeitar as regras aceitas pelo mero prazer de fazê-lo. Ao contrário, explicita que este deve se comportar de acordo com elas sempre que possível. Quanto a isso, afirma que “é louvável a um príncipe manter a fé e viver com integridade sempre que possível” (MAQUIAVEL, 2003, p. 79).

O que ele deseja saber é se isso de fato é possível. Em outras palavras, se a ética é suficiente para mostrar como agir na política em todas as situações. Maquiavel parte de uma evidência, ou seja, do que são os conflitos nas cidades para elaborar suas idéias. Convém lembrar que para o autor a natureza humana é altamente negativa. A maldade dos homens deve ser compreendida como uma característica destes e que se torna fundamental quando se refere à esfera política.

Neste sentido, Maquiavel afirma que “é necessário que aquele que institui uma república e ordena suas leis, pressuponha que todos os homens são maus e que estão sempre prontos para usar da maldade de sua alma assim que lhes apresente a ocasião de fazê-lo livremente” (MAQUIAVEL, 2003, p. 75).

Ora, se os homens fossem seres naturalmente inclinados para a vida, em sociedade, não seria necessário existir um Estado. Pode-se compreender, a partir das teses maquiavelianas sobre o conflito entre os homens, a tão famosa ruptura, operada pelo pensador florentino, entre a ética e a política. Mas até que ponto, realmente, existe uma ruptura entre ética e política, na esteira do pensamento de Maquiavel? Sendo os homens naturalmente maus e estando sempre dispostos a dar vazão a suas maldades, mesmo sob o poder do Estado, o Príncipe não tem como se pautar por regras morais na esperança de que elas o orientem na condução dos negócios do Estado. Em que medida os fins justificam os meios?

Não é pela paixão ou pela tirania que Maquiavel desvincula a ética da política. Para ele o campo da política é, por excelência, o lugar da ação e, esta só poderá ser julgada por sua eficácia, nunca por sua intenção. É na capacidade de configurar eficazmente meios e fins que reside a virtude do Príncipe. Se o objetivo do Estado é possibilitar e garantir a vida humana associada, e uma vez isto realizado, não se pode condenar as ações do governante em detrimento de seu conteúdo moral.

Nas obras do florentino percebe-se, constantemente, o elogio da eficácia das ações, em detrimento da de seu conteúdo moral. Na obra “*Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*”, Maquiavel escreve que:

todo o legislador sábio e animado pelo único desejo de servir, não seus interesses pessoais, mas os do público, de trabalhar, não para os seus próprios herdeiros, mas pela pátria comum, nada deve poupar, para ser ele o único a possuir completa autoridade. E nunca um espírito esclarecido repreenderá aquele que haja cometido uma ação ilegal, para fundar um reino ou constituir uma república. É justo, quando as ações de um homem o acusam, que o resultado o justifiquem, e, quando esse resultado é feliz, como o mostra o exemplo de Rômulo, o homem será justificado. Só se devem repreender as ações cuja violência tem por meta destruir e não reparar (Maquiavel *in* Wefort, 2002, p. 48).

Dessa forma, a justificativa dos meios pelos fins, não pode ser usada como um argumento, caso seja deslocada do todo da reflexão do autor, para acusá-lo de imoral. Maquiavel não aprova, na esfera política, ações cujo motor seja a irracionalidade do Príncipe ou o seu desejo tirânico de satisfazer seus próprios interesses. Muito pelo contrário, para Maquiavel, a moralidade continua existindo na esfera política como em outras esferas da experiência humana, pois sem um conjunto de regras de conduta os homens simplesmente não se reconheceriam enquanto tais. A questão é que, na política, a moral está submetida aos interesses do poder. Ela já não é algo fundamental, como para os gregos, pois não é através do exercício das virtudes morais que um principado ou mesmo uma república sustenta-se.

Sem compreender as mudanças, na estrutura política européia, na época de Maquiavel, e as questões levantadas a partir daí, no que diz respeito ao poder, é extremamente difícil compreender a relação da ética e da política para o autor. Se se fizer tabula rasa deste pano de fundo sobre o qual florentino escreveu, o que fica dele é a imagem de um homem absolutamente cínico e sem princípios morais. Na verdade, na obra maquiaveliana, a política ganha autonomia com relação à ética, para tornar-se a própria condição de possibilidade desta. Sem que haja um poder constituído para coibir a violência dos homens e administrar suas desavenças, a ética simplesmente não tem sentido, pois os homens jamais se reconheceriam numa comunidade e certamente se destruiriam por viverem presos à particularidade dos seus desejos.

4 – Notas conclusivas

Pode-se inferir a partir desta análise que Maquiavel, em seus escritos, visava a abrangência da política como tal e não estava interessado em elaborar um manuscrito que se fundamentasse em princípios éticos, religiosos, metafísicos e filosóficos, senão na própria história e essência humana.

Maquiavel trabalha com uma concepção pessimista da natureza humana, que segundo ele é corrompida e propensa ao mal. E o antídoto fundamental contra a corrupção natural da humanidade, para ele, é o Estado. Este, por sua vez, é uma força, uma vontade que se impõe mais pelo terror que pelo amor. Os Estados resultam da virtude de poucos homens superiores. A ordem é impossível sem a coação e a força que o governante deve exercer se quiser

conservar o seu domínio. Para o florentino, fundar um Estado é tarefa para um homem que tenha virtude suficiente para instituir, no lugar do caos produzido pela incapacidade de associação natural dos homens, uma sociedade política, único lugar em que impera a ordem e a harmonia cívica.

Tomar a figura e o pensamento de Maquiavel de modo imoral pode ser considerado um equívoco, pois, a questão de fundo, investigada pelo autor, foi analisar a fim de saber se o governante pode agir sempre em conformidade com os princípios éticos aceitos em seu tempo e esperar atingir seus objetivos, ou se deve aprender a seguir outros caminhos quando confrontado com situações difíceis. Ele não aconselha aos governantes a desrespeitar as regras morais aceitas pelo mero prazer de fazê-lo. Ao contrário, enfatiza que os homens devem se comportar de acordo com elas sempre que possível. Posto de outra forma, o grande objetivo de Maquiavel foi saber se a ética é suficiente para mostrar como agir na política em todas as situações.

5 – Referências bibliográficas

- AMES, Luiz José. *Lei e estado no Pensamento de Niccolò Maquiavelli*. IN: PERES, Daniel Omar (org). **Ensaio de Ética e Política**. Cascavel: Edunioeste. 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia A. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Moderna. 1993.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorje Zahar. 2003.
- BARINCOU, Edmond. **Maquiavel por ele mesmo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1991.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Rio de Janeiro: Zahar. 1976
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir. 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM. 1980.
- HEBECHE, Luiz Alberto. **A guerra de Maquiavel**. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Mônica Banã Álvares. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

NEDEL, José. **Maquiavel**: concepção antropológica e ética. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1996.

SADEK, Maria Teresa. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual da virtú. **In**:

WEFFORT, Francisco C. (org). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, v.1, 13^a ed, 2004.